

Resumo: O autor começa lembrando que o tema da Nova Evangelização só se tornou explícito dez anos depois da Dei Verbum, mas nela encontra-se germinalmente, a partir da consciência do Vaticano II sobre a revelação de Deus em Jesus Cristo. De fato, é essa revelação que deve ser anunciada, ou seja, evangelizada, a partir das Escrituras, lidas e interpretadas na Igreja. O autor lembra, porém, que a Palavra de Deus, embora tenha deixado sua referência original e segura nas Escrituras, entretanto é muito mais do que elas. Se isto vale para os “de dentro” da Casa da Fé, vale também para os “de fora”, os não cristãos, pois o Evangelho, a boa notícia de Jesus, é destinado a todos, também para eles.

Abstract: The author begins his article calling attention to the fact that the theme of the New Evangelization became explicit only ten years after Dei Verbum, but its seed is already inherent in the conscience of Vatican II concerning the revelation of God in Jesus Christ. Undoubtedly, this revelation has to be announced, that is, it should be the theme of evangelization on the basis of Scripture to be read and interpreted in the Church. The author reminds us however that the Word of God, although leaving aside its original and documented references to the Scriptures, is much more than what they express in itself. If this is valid to those “inside” the House of Faith, it is equally valid to those “outside”, that is the non-Christians, because the Gospel is the Good News of Jesus destined to be proclaimed to all the people including those who are outside the Christian faith community.

Nova Evangelização e anúncio da Palavra à luz da Dei Verbum

*Johan Konings**

* O autor é padre jesuíta, Doutor em Teologia pela Universidade de Louvain e Professor na Faculdade de Teologia da Companhia de Jesus, FAJE, em Belo Horizonte, MG, autor de muitos livros e artigos na área bíblica.



1 A semente da Nova Evangelização na *Dei Verbum*

O tema da Nova Evangelização ainda não estava sendo explicitado no tempo do Concílio Vaticano II e da *Dei Verbum*. Só uns dez anos depois é que o tema se tornaria explícito.

O desenvolvimento da Igreja católica rumo a uma Igreja mundial e multicultural tornou necessária a reformulação do conceito de evangelização. Dez anos depois do encerramento do Concílio Vaticano II, e recolhendo os frutos das deliberações do sínodo dos bispos em Roma, em 1974, dedicado à “evangelização no mundo de hoje”, Paulo VI publicou a exortação apostólica que, referindo-se ao decreto sobre as missões “Ad gentes” [...], apresenta as Igrejas particulares e locais como formas adotadas pela Igreja universal, fala da evangelização das culturas e assume a “opção pelos pobres” latino-americana.¹

Recuando, porém, até o próprio Concílio, encontramos traços iniciais no Decreto *Ad gentes*. No n. 6 deste documento a evangelização é apresentada, sobretudo, como acompanhando a implantação nos povos ou grupos em que ela ainda não está radicada: é a atividade missionária no sentido que este termo ganhou na modernidade, a *missio ad gentes*. Pensa-se nos destinatários no mundo fora da Europa e de sua cristandade tradicional. Porém, ampliando a perspectiva, o mesmo decreto, a partir do artigo 2 (do n. 13 em diante), dedica considerações mais universais à *evangelização* e à *conversão*, que são os termos marcantes do resumo do evangelista Marcos ao apresentar o início da atividade pública de Jesus: “Completo-se o tempo, e o Reino de Deus está próximo. Converti-vos e crede na Boa-Nova”. (Mc 1,15). Esta frase nos lembra que a boa-nova do Evangelho tudo tem a ver com o Reinado de Deus. No Império Romano o termo “evangelho” era usado, entre outras coisas, para anunciar um novo imperador e outros eventos do regime. No evangelho de Marcos, porém, não significa uma alegria passageira e subjetiva, mas a alegria que se anima com a perspectiva de uma transformação ou renovação na situação do povo e na estrutura do mundo graças ao agir de Deus.

Falando das igrejas particulares, no capítulo III, o Decreto *Ad gentes* evoca o ministério da palavra e reconhece uma situação que já então, cinquenta anos atrás, estava se tornando universal e hoje se pode aplicar praticamente a todo o ambiente em que a Igreja está presente.

¹ DENZINGER, Heinrich; HÜNERMANN, Peter. *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral*. São Paulo: Loyola, 2007, n. 4570, introd.



Além disso, para o Evangelho chegar a todos, é indispensável o ministério da palavra. É preciso que o Bispo seja, antes de mais, um pregador da fé, que conduza a Cristo novos discípulos. Para se desempenhar, como convém, desta nobre incumbência, deve conhecer bem a situação do seu rebanho, as opiniões íntimas dos seus concidadãos a respeito de Deus, tomando cuidadosamente em linha de conta as mudanças introduzidas pela urbanização, migração e indiferentismo religioso. [...] os sacerdotes nativos empreendam com ardor a obra da evangelização [...] não só para apascentar os fiéis e celebrar o culto divino, mas também para pregar o Evangelho àqueles que estão fora. (Ad gentes 20)²

A diferença com hoje é que a situação a que visam estes parágrafos não é apenas a do Terceiro Mundo atingido pelo processo da urbanização, mas também da própria Europa supostamente cristã. Por isso, o Papa João Paulo II retomou termos semelhantes para falar da nova evangelização que, no seu pensar, se destinaria em primeiro lugar à antiga Europa: “novo ardor”.

Mas o que interessa também nesta citação é a íntima ligação entre evangelização e ministério da palavra. Só que, naquele momento, o ministério da palavra era ainda fortemente visto como algo dos ministros ordenados, apesar do reconhecimento que o mesmo documento dá aos catequistas que tiveram tão importante papel na África e na Ásia, durante os decênios anteriores. Por isso, o Decreto *Ad gentes* estende:

Os ministros da Igreja, por sua vez, devem ter em muito apreço o apostolado ativo dos leigos. Devem formá-los para, como membros de Cristo, tomarem consciência da sua responsabilidade em relação aos outros homens; devem instruí-los profundamente no mistério de Cristo, iniciá-los nos métodos práticos, assistir-lhes nas dificuldades, em conformidade com o pensamento da Constituição sobre a Igreja e do decreto sobre o Apostolado dos leigos. (Ad gentes 21)

Algum ouvinte hoje pode se sentir decepcionado pela insistência na submissão da evangelização leiga à hierarquia, mas não devemos esquecer que o Concílio Vaticano II foi realizado no início de uma nova visão da Igreja, que ainda procurava seus caminhos, como se pode perceber no dois discursos eclesiológicos, um conservador e outro, progressista, que se misturam na *Lumen Gentium*.

² As citações dos documentos conciliares e pontifícios são tomadas do site do Vaticano <http://www.vatican.va>, com adaptação ortográfica para o Brasil.



Hoje vemos com clareza que a missão evangelizadora da Igreja não se limita às antigas “terras de missão”, como se dizia, e que a prática evangelizadora naquelas terras foi sendo percebida, aos poucos, como algo que diz respeito também às terras da antiga cristandade. A nova evangelização tem a ver com a universalização da necessidade do anúncio.

A “nova evangelização” tem muito a ver com as mudanças epocais pelas quais passa nossa civilização, a ponto de se falar em mutação cultural ou até antropológica. O texto de Santo Domingos sobre a nova Evangelização insiste em dizer que Cristo é o mesmo ontem, hoje e sempre. Mas a humanidade não é a mesma.

Já observamos que o tema da nova evangelização não é, propriamente, uma explicitação da *Dei Verbum*. Nos documentos referentes à nova evangelização, com alguma exceção na *Evangelii nuntiandi*, raras são as referências à *Dei Verbum*. Inclusive, no *Instrumentum laboris* do XIII Terceiro Sínodo Pós-conciliar sobre a Evangelização, realizado em 2012, ocorrem só duas referências à *Dei Verbum*, e de modo muito tangencial. Isso, porque a dimensão do método exegético, tema central na *Dei Verbum*, não era, no primeiro momento, a preocupação central dos incentivadores da nova evangelização.

Não obstante, um confronto com a *Dei Verbum*, que exprime o entendimento do Concílio a respeito da Revelação, pode ser esclarecedor. Ainda mais porque a situação que provocou o tema da nova evangelização é a mesma que, cinquenta anos atrás, provocou a convocação do Concílio Vaticano II. Aliás, já desde o fim da II Guerra Mundial, os bispos franceses tinham declarado a França “terra de missão”, e essa consciência foi aos poucos penetrando nos demais países da Europa Ocidental, com a expressão cunhada pelo filósofo e sociólogo Emmanuel Mounier: “a morte da Cristandade”, ou seja, daquele sistema que identificava a sociedade com a Igreja. Chegara ao fim o mundo em que todo mundo – pelo menos, de nome – se dizia cristão e submisso, quer ao papa, quer ao príncipe cristão. Diz João Paulo II:

Deixou de existir, mesmo nos países de antiga evangelização, a situação de «sociedade cristã» que, não obstante as muitas fraquezas que sempre caracterizam tudo o que é humano, tinha explicitamente como ponto de referência os valores evangélicos. Hoje tem-se de enfrentar com coragem uma situação que se vai tornando cada vez mais variada e difícil com a progressiva mistura de povos e culturas que caracteriza o novo contexto da globalização. Ao longo destes anos, muitas vezes repeti o apelo à nova evangelização; e faço-o agora uma vez mais para



inculcar sobretudo que é preciso reacender em nós o zelo das origens, deixando-nos invadir pelo ardor da pregação apostólica que se seguiu ao Pentecostes. Devemos reviver em nós o sentimento ardente de Paulo que o levava a exclamar: «Ai de mim se não evangelizar!» (1Cor 9,16). (Novo millennio ineunte, n. 40)

Então, à luz da *Dei Verbum*, ou seja, da consciência do Vaticano II a respeito da revelação de Deus em Jesus Cristo, que significa aquilo que propôs o Papa João Paulo II: “Diante dos novos desafios, devemos prosseguir na missão de evangelizar com novo ardor, novos métodos e novas expressões”? (*Novo millennio ineunte*, n. 15)

2 A *Dei Verbum*

A *Dei Verbum* propõe um aprofundamento em torno da revelação de Deus em Jesus Cristo e da transmissão dessa revelação (n. 1). É sobretudo este último aspecto, o da *transmissão*, que deve deter nossa atenção, mas isso não é possível sem ter suficiente clareza a respeito daquilo que é a *revelação* cristã.

A revelação *cristã* é, em uma palavra, o próprio Cristo, Palavra de Deus, Palavra da Vida. Ninguém jamais viu Deus, mas o Filho o deu a conhecer (Jo 1,18) em sua próprio pessoa e em seu próprio agir, a tal ponto que nele vemos Deus (Jo 14,9) que ele chama de Pai. Por isso nós podemos dizer que Jesus é, para nós, Deus (Jo 1,1). Jesus é Deus que fala e age. Ele é o cume da revelação de Deus que desde o início se comunicou a nós em múltiplas manifestações por ações e palavras (Hb 1,1-2).

Acontece, porém, que o mundo em que vivemos, aparentemente, não percebe as múltiplas manifestações de Deus, ou talvez as perceba, mas não como manifestações de Deus.

O Concílio tem consciência de que a percepção e aceitação dessa revelação, apesar de não ser alheia à razão humana, acontece num ato de fé, pois diz respeito ao horizonte da razão, e, visto que o olho não se vê a si próprio, a razão humana necessita ser envolvida numa visão superior. Assim, Jesus de Nazaré está presente na humanidade da qual ele participa, para dar a conhecer esse Deus que é tudo menos alheio a nós, mas que, sem essa presença humana de Deus em Jesus, não é percebido por nosso olhar (n. 6).

Depois dessa fundamentação da revelação divina no “evento Jesus Cristo”, o capítulo II da *Dei Verbum* descreve sua transmissão na grande



Tradição cristã, a partir dos apóstolos, discípulos e companheiros de Jesus, sob a guia de seus sucessores, os bispos, que têm o cuidado das igrejas que surgiram da pregação apostólica. Esse empenho traditivo é aferido com a própria forma escrita da Tradição, a Sagrada Escritura, que brota do mesmo “manancial”³ da Tradição inteira (n. 9). Em tudo isso opera a ação de Deus que chamamos de Espírito Santo – tanto na constituição da Tradição e formulação das Escrituras como na recepção e interpretação no seio da comunidade, que é guiada pelo mesmo Espírito. Pode-se dizer desse processo a mesma coisa que se diz da “carne” de Jesus: a realidade divina habita na limitação da história humana:

... na Sagrada Escritura, salvas sempre a verdade e a santidade de Deus, manifesta-se a admirável «condescendência» da eterna sabedoria, «para conhecermos a inefável benignidade de Deus e com quanta acomodação Ele falou, tomando providência e cuidado da nossa natureza». As palavras de Deus com efeito, expressas por línguas humanas, tornaram-se intimamente semelhantes à linguagem humana, como outrora o Verbo do eterno Pai se assemelhou aos homens tomando a carne da fraqueza humana. (n. 13).

Depois de explicitar isso em relação ao Antigo e o Novo Testamento, a *Dei Verbum* olha para a *Sagrada Escritura na vida da Igreja* (cap. VI). E é aí que encontramos a perspectiva que iluminará o tema da nova evangelização.

Começa afirmando que a Sagrada Escritura deve ser a base da pregação da Igreja (n. 21). Convém lembrar que, alguns meses antes, o Concílio havia aprovado a Constituição sobre a Sagrada Liturgia, que deu sinal verde para que a Mesa da Palavra fosse mais ricamente servida com textos da Sagrada Escritura (cf. *Sacrosanctum Concilium*, n. 51), abrindo as Escrituras numa proporção que não imaginam aqueles que não conheceram a prática litúrgica anterior ao Concílio. E dizer que alguns querem voltar àquele tempo!

Insiste, depois, na tradução e na investigação bíblicas:

[...] lançando mão de meios aptos, estudem e expliquem as divinas Letras de modo que o maior número possível de ministros da palavra de Deus possa oferecer com fruto ao Povo de Deus o alimento das Escrituras,

³ Assim convém traduzir o termo latino *scaturigo* que a *Dei Verbum* adota nesta passagem (n. 9), e não “fonte”, como diz a tradução vaticana, pois o Concílio quis expressamente evitar a terminologia das “duas fontes da Revelação” (Bíblia e tradução) usada pelo Concílio de Trento.



que ilumine o espírito, robusteça as vontades, e inflame os corações dos homens no amor de Deus. (n. 23)

E observa que

[...] o ministério da palavra, isto é, a pregação pastoral, a catequese e toda a espécie de instrução cristã, na qual a homilia litúrgica deve ter um lugar principal, com proveito se alimenta e santamente se revigora com a palavra da Escritura. (n. 24)

Continua:

É necessário, por isso, que todos os clérigos e sobretudo os sacerdotes de Cristo e outros que, como os diáconos e os catequistas, se consagram legitimamente ao ministério da palavra, mantenham um contacto íntimo com as Escrituras, mediante a leitura assídua e o estudo aturado, a fim de que nenhum deles se torne «pregador vão e superficial da palavra de Deus. por não a ouvir de dentro» [Agostinho], tendo, como têm, a obrigação de comunicar aos fiéis que lhes estão confiados as grandíssimas riquezas da palavra divina, sobretudo na sagrada Liturgia. Do mesmo modo, o sagrado Concílio exorta com ardor e insistência todos os fiéis, mormente os religiosos, a que aprendam «a sublime ciência de Jesus Cristo» (Fl 3,8) com a leitura frequente das divinas Escrituras, porque «a ignorância das Escrituras é ignorância de Cristo» [Jerônimo]. Debrucem-se, pois, gostosamente sobre o texto sagrado, quer através da sagrada Liturgia, rica de palavras divinas, quer pela leitura espiritual, quer por outros meios que se vão espalhando tão louvavelmente por toda a parte, com a aprovação e estímulo dos pastores da Igreja. Lembrem-se, porém, que a leitura da Sagrada Escritura deve ser acompanhada de oração para que seja possível o diálogo entre Deus e o homem; porque «a Ele falamos, quando rezamos, a Ele ouvimos, quando lemos os divinos oráculos» [Ambrósio].(n. 25)

O texto conclui com um voto:

Deste modo, pois, com a leitura e estudo dos livros sagrados, «a palavra de Deus se difunda e resplandeça (2Ts 3,1), e o tesouro da revelação confiado à Igreja encha cada vez mais os corações dos homens. Assim como a vida da Igreja cresce com a assídua frequência do mistério eucarístico, assim também é lícito esperar um novo impulso de vida espiritual, se fizermos crescer a veneração pela palavra de Deus, que «permanece para sempre» [Is 40,8; cf. 1Pd 1, 23-25). (n. 26).



3 Revelação e transmissão da fé no seio da Igreja

A perspectiva da *Dei Verbum* é intraeclesial. Contudo, isso não exclui a relevância para a problemática da nova evangelização, pois esta é também, embora não exclusivamente, intraeclesial. De fato, muitos dos que estão com a mão na massa vêm como primeiro desafio, hoje: fazer com que os católicos se tornem cristãos, isto é, não apenas batizados nominais de uma organização que lhes dá direito a primeira comunhão, crisma, casamento e enterro, mas pessoas que vivem do e conforme o Evangelho de Jesus Cristo.

Para estes, dois temas da *Dei Verbum* me parecem sumamente importantes: a *revelação em Cristo* e a *prática da escuta-leitura das Escrituras*.

1) *Primeiro*: o que é a revelação cristã? A volta à Bíblia como testemunha segura dos inícios cristãos, no espírito da *Dei Verbum*, nos ensina que a revelação não é um pacote de verdades que cai do céu, mas um *acontecer* e uma *pessoa*, ou uma pessoa que é um evento: Jesus de Nazaré, Palavra definitiva de Deus. Palavra, não porque transmite uma mensagem mecanicamente, mas porque ele “é” essa mensagem: sua vida e ações e, sobretudo, sua morte por amor nos *dizem* de modo definitivo como Deus é. Eles são, para quem tem a fé e adere a ele, referência obrigatória para imaginar ou compreender o que significa o “codinome Deus”. Isso vale sobretudo na contemplação da hora de sua paixão e morte, quando ele diz: “Quem me viu, viu o Pai” (Jo 14,9), quando Deus se diz todo nele, até no silêncio da morte.

Aprouve a Deus, na sua bondade e sabedoria, revelar-se a Si mesmo e dar a conhecer o mistério da sua vontade (cf. Ef 1,9), segundo o qual os homens, por meio de Cristo, Verbo encarnado, têm acesso ao Pai no Espírito Santo e se tornam participantes da natureza divina (cf. Ef 2,18; 2Pd 1,4). Em virtude desta revelação, Deus invisível (cf. Cl 1,15; 1Tm 1,17), na riqueza do seu amor fala aos homens como amigos (cfr. Ex 33, 11; Jo 15,14-15) e convive com eles (cf. Br 3,38), para os convidar e admitir à comunhão com Ele. Esta «economia» da revelação realiza-se por meio de ações e palavras intimamente relacionadas entre si, de tal maneira que as obras, realizadas por Deus na história da salvação, manifestam e confirmam a doutrina e as realidades significadas pelas palavras; e as palavras, por sua vez, declaram as obras e esclarecem o mistério nelas contido. (n. 2)

“Revelação” é uma ação iluminadora, um evento que é luz, ainda que seja um mistério que nos transcende. Apesar de os usarem esta ima-



gem, não é, propriamente, algo que exija sacrifício da inteligência, mas uma luz que nos dá a conhecer coisas que não chegaríamos a imaginar por nossa mera razão e experiência comuns. A própria vida de Jesus é luminosa, como acenou João Paulo II ao introduzir no rosário os mistérios luminosos como deixam entender os papas Bento XVI e Francisco em sua encíclica a quatro mãos, a *Lumen fidei*.

Por isso não devemos entrar nesse fundamentalismo dogmático de querer renovar a fé cristã mediante fórmulas do antigo ou do novo catecismo, ou seja de onde for. A fé não está nas fórmulas, mas na participação do evento que é Jesus de Nazaré, no sopro de seu Espírito. E a transmissão da fé não consiste em passar um tijolo ou um livro de mão em mão, mas em convidar as pessoas, primeiramente em nossa própria família, a participarem desse evento, vivendo como Jesus viveu, sentindo como Jesus sentiu, pensando como Jesus pensou, falando como Jesus falou, amando como Jesus amou. Iniciação cristã é no fundo isso aí. Esta é a verdadeira *fides quae*, a fé que se transmite, transformando-se em cada fiel no ato de fé pelo qual se adere a ela, a *fides qua*.

2) E a *segunda coisa* que aprendemos da *Dei Verbum* em vista da nova evangelização é: como ler as Escrituras. Eu evito o termo Bíblia, porque a Bíblia virou um objeto mágico. Prefiro dizer as Escrituras, onde está escriturado o evento da manifestação de Deus – da Palavra de Deus, que é muito mais que as Escrituras, mas nelas deixou sua referência original e segura.

Deus não está na letra, mas no Espírito. É preciso ler as Escrituras no espírito em que foram concebidas (*Dei Verbum* 12). Isso exige sairmos de nosso pequeno mundo, descobrir o *mundo das primeiras testemunhas*, e voltar ao *nosso mundo* para interpretar as Escrituras como espelho de nossa vida. Estabelecer um diálogo com as primeiras testemunhas de nossa fé, tomando como centro das Escrituras Jesus Cristo, sendo que n'Ele as palavras de seus ancestrais ganharam um sentido doravante determinante para a nossa caminhada de vida. Falar com os que por primeiro acreditaram, sobre Ele e sobre nós. Ou também: por meio das primeiras testemunhas e na companhia delas, falar com Cristo sobre nossa vida.

Nada de fundamentalismo, nada de literalismo, nem de sentimentalismo vazio, mas curtir as Escrituras na fé e no estudo, com todos os meios que nossa razão pode produzir. Não há investimento mais bonito de nossa inteligência do que estudar as Escrituras à luz de Cristo e da nossa vida pessoal e comunitária. Falar com Cristo sobre nossa vida, em torno das Escrituras, aquelas que Ele ouviu na sinagoga – o Antigo Testamento



– e as que nasceram das mãos de seus discípulos – o Novo Testamento. É isso que se entende por *Lectio Divina*, leitura orante na presença de Deus que se dá a conhecer em Jesus: o Deus de Jesus Cristo.

Aí encontramos o coração da nova evangelização, aquilo que a nós é dado anunciarmos como boa-nova ao mundo de hoje, segundo o modelo de Jesus em seu tempo. Assim como o músico toca a partitura escrita por Mozart ou Bach, interpretando-a e dando-lhe vida hoje, cabe a nós interpretar, “tocar” Cristo para o mundo de hoje, e o instrumento que nos permite fazer isso, no concerto oferecido à humanidade, é a Tradição da comunidade eclesial, que há vinte séculos toca essa partitura nas mais variadas interpretações.

4 Os de fora

E será que a *Dei Verbum* tem algo a dizer para os de fora? Pois o evangelho é destinado a todos, não só aos de dentro. Às vezes se entende mal o que escreve Mc 4,11-12, como se Jesus não quisesse que “os de fora” entendessem. Pelo contrário, exatamente porque os de fora não estavam entendendo, de acordo com o que falara o profeta Isaías, Jesus usava de imagens simples, embora um tanto misteriosas – as parábolas –, que ajudassem os de fora a compreenderem (Mc 4,33); e depois, Ele as explicava aos discípulos, para que estes, quando chegasse a sua vez, explicassem aos outros (Mc 4,34).

Assim, a nova evangelização deve ser entendida como *imitação de Cristo*. Não quer apenas segurar os católicos – e seus filhos – na Igreja ou fazê-los voltar, mas deseja que toda a humanidade encontre, na “Palavra encarnada”, em Cristo, salvação e sentido de vida. E para isso, procura transformar os fiéis em *discípulos missionários* que, por palavras e ações, ao modelo de Jesus, façam o mundo participar da experiência incrível da manifestação do rosto divino de Deus em Jesus de Nazaré, o seu rosto humano.

Endereço do Autor:

Aven. Dr. Cristiano Guimarães, 2127

31720-300 Belo Horizonte, MG

Email: konings@faculdadejesuita.edu.br